



POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A SAÚDE DA MULHER ESPECÍFICAS PARA MANEJO DO HIV/AIDS

Pollyana Bortholazzi Gouvea - Univali

Taís Campos Velho - Univali

taiscampos29@outlook.com

Betina Horner S. Meirelles - UFSC

Juliana Gomes dos Santos - Univali

RESUMO: No Brasil, as mulheres constituem a maior porcentagem da população, sendo o quantitativo de 105.996.973 mulheres, 103.189.829 homens, em um universo de 208.186.802 habitantes (IBGE, 2018). Durante o desenvolvimento das políticas públicas destinadas a população feminina, o conceito de e atenção à saúde voltado a saúde da mulher vêm se transformando. Objetivou-se discorrer sobre as Políticas Públicas Nacionais voltadas à Saúde da Mulher. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “Fatores Intervenientes para a Construção de uma Linha de Cuidado para Mulheres com HIV/Aids”. Verificou-se que umas das políticas públicas criadas direcionada a saúde da mulher, foi a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) consolidou os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, pois foi um marco na abordagem de saúde sexual e reprodutiva no Brasil, propondo soluções para os problemas de saúde relacionado a mortalidade materna, aborto, gravidez indesejada e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Ainda, somando-se a outras estratégias importantes já existentes à assistência obstétrica foi implementada a Rede Cegonha para atender a mulher integralmente assegurando um atendimento digno de qualidade, humanizado, seguro e em consonância comas Redes de Atenção à Saúde. Porém, essas políticas se centraram no ciclo gravídico puerperal da mulher, deixando à parte outras fases importantes que compreendem todo o seu ciclo de vida e assim, na perspectiva de promover melhorias das condições de vida das mulheres, garantindo-lhes direitos de acesso aos serviços e ações de saúde, foi construído um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) a partir dos resultados da I Conferência Nacional para as Mulheres. Esta nova política, reafirmou o comprometimento do governo federal com a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas, reconhecendo e enfrentando as desigualdades entre homens e mulheres no contexto do projeto político, sendo elaborada a partir do Decreto Presidencial, em 2004, estruturado na busca de atuação da autonomia, igualdade no mundo do trabalho, educação inclusiva, saúde, direitos sexuais e enfrentamento à violência contra as mulheres. A PNPM permitiu que preocupações como o tráfico de mulheres, violência doméstica e sexual, doenças sexualmente transmissíveis passassem a ter suas discussões ampliadas através de ações documentadas dentro da política nacional a fim de instrumentalizar os profissionais e usuários de todo território brasileiro. Por fim, verifica-se que ainda é preciso reconhecer as especificidades regionais e culturais referente a cuidado com o corpo, sexualidade em relação ao adoecimento e suas consequências sociais para entender a complexidade dinâmica da epidemia e estabelecer uma fundamentação para as ações preventivas e terapêuticas que fortaleçam a atenção básica no cuidado a mulher, ampliando e qualificando a atenção na rede de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: HIV, Saúde da Mulher; Políticas Públicas; Rede de Atenção à Saúde.